

Reunião de representantes

13 DE FEVEREIRO DE 2015



SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

PAUTA:

I - ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL

II - INFORMES

III - CAMPANHA SALARIAL/CONDIÇÕES DE TRABALHO

I – ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL

1- CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL

Com o recrudescimento da crise econômico-financeira e a clara impossibilidade de soluções nos marcos do capitalismo, as tensões internas e externas dos países se tornam cada vez mais complexas, pelo próprio processo de globalização capitalista – desigual em sua natureza – e pelas novas demandas impostas por um desenvolvimento que não ameace a sobrevivência da humanidade.

Na Europa – e não é o único continente a servir como referência –, crescem as manifestações de xenofobia, racismo e preconceito. No Brasil, a violência explode, evidenciando sua extensão e caráter repressor contra parcela da população. Jovens e negros são vítimas de um verdadeiro genocídio.

Mesmo se usarmos a questão da falta d'água, que ocorre atualmente em São Paulo e em outros Estados da região Sudeste, como consequência também do modelo de desenvolvimento capitalista, cuja ação predatória é sua marca, não se afastará a conclusão de que é cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise e as necessidades da humanidade e do planeta extrapolam em muito a capacidade resolutive dos Estados nacionais. A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de regulação política sobre os mercados.

A acumulação de capital tem sido ampliada em escala planetária, assim como o fluxo de informações, em “tempo real”. O mesmo não ocorre com as demais dimensões da vida social, levando ao paroxismo a dominância da lógica da acumulação capitalista. Acontece que o apogeu do modo de produção capitalista e do fetichismo da mercadoria nos afastou das qualidades das coisas, nos deixando envoltos na névoa cinza das quantidades. Ao capital só interessa acumular mais, ao consumidor só resta desejar consumir mais, sempre mais.

Superar esse paradoxo exige rupturas na extensão da consciência histórica, na relação com a natureza, no modo de produzir e consumir e uma ação política concentrada na esfera global.

O mercado, como se sabe, não conhece outros valores além da maximização da acumulação de capital, do crescimento econômico, sendo totalmente incompetente para considerações relativas aos direitos humanos, à liberdade e à qualidade de vida das futuras gerações. Valores como os decorrentes de reflexões relativas à justiça social ou de preocupações com o desenvolvimento sustentável têm de ser impostos ao mercado, de um lado, de fora para dentro, via regulação, e, do outro lado, por meio de efetiva participação da cidadania na ampliação de sua influência sobre as políticas públicas.

Superar a economia de mercado, a velocidade e a flexibilidade deste tipo de economia é, ao lado do uso intensivo

de ciência, da tecnologia, da permeabilidade das ações organizadas da cidadania, mais do que nunca, indispensável.

Por isso, um importante desafio para um projeto de mudança social e desenvolvimento sustentável está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado, que nada mais é que uma estrutura social que funciona com base em pressões sociais. Outro desafio é fazer com que os movimentos sociais sejam independentes e protagonistas da maneira como os mercados se estruturam, buscando a equidade e a justiça social.

Os trabalhadores precisam e devem lutar por uma nova sociedade, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, igualdade social, direito e soberania dos povos e das liberdades.

Para tanto, cada vez mais será necessário um arranjo internacional sólido, não só na articulação das políticas financeiras dessas nações, mediadas por organismos internacionais, como na questão da distribuição das riquezas produzidas e sua sustentabilidade, que se tornarão o centro da luta política entre as forças da conservação e da mudança em escala global.

2 - CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

Nem bem completou um mês após a eleição e o governo Dilma surpreendeu alguns, anunciando várias medidas opostas ao que tinha se comprometido.

Durante a campanha eleitoral apareceu um cenário otimista de crescimento econômico, com a expansão da quantidade de empregos e melhor distribuição de renda. Aumento de juros para engordar as burras dos banqueiros e a elevação de tarifas de forma alguma ocorreriam. Também não ocorreria a retirada de direitos trabalhistas, segundo afirmação da presidente.

As contradições apareceram ainda antes da posse, com a indicação do banqueiro Joaquim Levy para o Ministério da Economia e Nelson Barbosa para o Planejamento, logicamente para fazer os ajustes reclamados, não pelos trabalhadores, mas pelo setor financeiro, que não admite reduzir os ganhos que vêm obtendo nos últimos anos.

Os que a defendem, entre eles parte considerável da imprensa, dizem que a presidente reeleita teve de aceitar uma política de ajuste, tendo em vista a grande deterioração da situação econômica ao final do seu mandato.

Afirmam que é necessário baixar medidas que reparam a crescente desorganização fiscal. Também falam da necessidade de medidas que resgatem o país do desastre macroeconômico, microeconômico e de governança, resultante da política econômica dos últimos anos.

É verdade que na área macro o ano de 2014 terminou com uma economia estagnada, que mostra investimentos

em franca decadência, com uma inflação em tendência de crescimento contínuo (ancorada no topo da meta, de 6,5%), desorganização fiscal e grande déficit em conta corrente, que ultrapassou os 4% do PIB. O único indicador ainda positivo, o mercado de trabalho, mostra uma forte tendência à desaceleração, que deverá ficar mais clara nos próximos meses.

Existem crises também na área micro. No caso do petróleo, passou a enfrentar grandes dificuldades, antes mesmo de se saber o tamanho do “Petrolão”, devido ao excesso de endividamento da Petrobrás, ao controle de preços de combustíveis e, agora, à queda nos preços internacionais do óleo.

Na energia elétrica há desorganização do setor, provocando uma virtual quebra no sistema Eletrobras e a redução de 20% na conta da luz, anunciada com grande alarde, se transformou agora na elevação em 40% para os consumidores. Um verdadeiro tarifaço, negado durante a campanha e implementado agora para, segundo o governo, reverter a grande piora do balanço da maioria das empresas do setor.

A escassez de água, decorrente do período prolongado de seca, somada à ausência de planejamento e aos baixos investimentos em infraestrutura, revela também as consequências da opção de nossas elites políticas e econômicas por um modelo de desenvolvimento dependente e predador.

Não é possível nem adequado tratar a questão da água dissociada do modelo de desenvolvimento explorador e não redistributivista capitalista.

Esta chamada crise hídrica evidencia que o desafio, hoje, está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza.

É importante e imprescindível que os trabalhadores defendam a submissão da produção material às necessidades sociais, como forma de ultrapassar o domínio da própria racionalidade econômica do capitalismo, fundada, simplesmente, na lógica de reprodução incessante do capital.

É fundamental defendermos também a criação de um novo tipo de desenvolvimento que seja consistente com os limites dos bens e serviços que a natureza do planeta renova e nos oferta. E colocar também, conscientemente, sob controle e regulação social, o caráter ecologicamente deletério do capital em escala planetária.

As medidas anunciadas quanto ao uso da água para enfrentar o problema, sem alterar os fundamentos do modelo econômico, complicam a situação e afetam negativamente consumidores e produtores, como se viu no apagão ocorrido na segunda quinzena de janeiro deste ano.

Ao lado do setor energético, temos um problema na indústria automotiva, no qual, mais uma vez, a excessiva ambição acabou provocando uma capacidade de produção muito maior do que o tamanho do mercado, e agora, como já visto, pagarão os trabalhadores com desemprego, planos de demissão voluntária e cortes de benefícios.

A greve dos metalúrgicos no ABC paulista, anunciada como vitoriosa, evidencia a gravidade da situação e quem pagará a conta pela opção do governo em promover os ajustes e suas consequências? A reversão das demissões ocorreu ao custo de renúncia de direitos e implantação de um programa de demissão voluntária.

Ao mesmo tempo em que o governo afirma que é necessário conter gastos, cortando, inclusive, direitos trabalhistas e previdenciários, não deixa de funcionar como provocação o anúncio de aumentos para os juizes, Desembargadores, presidente da República, ministros, senadores, governadores e parlamentares nas três esferas.

A operação Lava Jato expõe a situação financeira de boa parte das empresas e o quadro de piora, motivada por desvios de recursos que faltam para setores importantes como saúde, educação, moradia popular, abastecimento, saneamento e infraestrutura.

A situação é grave. Mas não foram os trabalhadores que a causaram. O ministro Levy fala em sacrifício e até acena com um quadro de recessão.

Quando banqueiros, financistas, especuladores e detentores das grandes fortunas somam coro apoiando as medidas anunciadas, o fazem porque nada perderão. Muito pelo contrário. Sabem e apostam em mais aperto para os trabalhadores públicos e do setor privado.

Sendo assim, cabe ao movimento popular e sindical reagir contra esta política econômica e todas as medidas anunciadas pelo governo Dilma.

O movimento sindical busca unificar ações e mobilizar os trabalhadores, em defesa dos seus direitos. É necessário e não podemos deixar de participar.

Necessidade que se evidencia, inclusive, pelo que ocorre na cidade de São Paulo.

Com a mudança na educação, que passa a ter Gabriel Chalita como secretário, num arranjo político-partidário, com objetivos eleitorais, temos de ficar atentos na defesa da educação municipal, do nosso quadro e carreira e dos nossos direitos.

Está claro que a opção do prefeito Haddad foi a de dar continuidade à sua política de terceirização, parcerias, contratos de convênios, não valorização dos profissionais de educação e condições de trabalho aquém das necessidades e desafios que estão postos para se ter uma educação pública, gratuita para todos e de qualidade social. Tudo in-

dica que Chalita dará continuidade ao programa “Mais Educação São Paulo”, com a autoridade de quem assumiu o cargo, a convite de Haddad, que sabe o que significou para a rede de ensino e para os educadores da rede estadual da educação tê-lo por seis anos como secretário.

Temos de mobilizar a categoria para enfrentar a alegação do governo de que as nossas reivindicações não podem ser atendidas em função da crise econômica. Defender os nossos direitos é uma necessidade e, para isto, é preciso planejamento e lutar. Disto não podemos renunciar e não renunciaremos, considerando as deliberações já aprovadas em todas as instâncias da categoria.

Desta forma, devemos organizar o Plano de Ação para 2015 considerando os nossos princípios programáticos que dão identidade e são referências obrigatórias para a tomada de decisões, definição de reivindicações e ações implementadas pelo SINPEEM.

Em defesa dos nossos direitos e reivindicações, temos de atuar de forma ampla, combinando os processos negociais com permanente organização, mobilização e ações conjuntas com instituições e outras categorias. Devemos manter as relações institucionais, sem jamais comprometer a nossa independência e autonomia como organização sindical.

Da mesma forma que é importante ter relação institucional, independente e autônoma com o Executivo, visto que não há direito, benefício ou vantagem pecuniária ou funcional sem lei. Também é importante mantermos o trabalho de acompanhamento e pressão sobre o Legislativo, que recentemente aprovou dois projetos de lei do Executivo que introduzem a remuneração na forma de subsídio para o pessoal do Quadro da Saúde e para o quadro profissional criado para analistas de gestão pública.

2.1 - PROPOSTAS:

- a) participar das manifestações convocadas unificadamente pelo movimento sindical contra as medidas impostas pela presidente Dilma e em defesa dos direitos dos trabalhadores públicos e privados, ativos e aposentados.
- b) participar de debates e reuniões de negociação com as Secretarias Municipais de Educação, de Planejamento, Orçamento e Gestão, de Finanças e outras da Prefeitura de São Paulo, além de entes da federação;
- c) organizar e convocar a categoria para participar de atos para pressionar os poderes Executivo e Legislativo sempre que for necessário, para fazer valer e ampliar direitos e obter novas conquistas.
- d) participar de ações contra o preconceito de qualquer natureza, a xenofobia e o racismo.

II – INFORMES

1 - SINPEEM REIVINDICA REALIZAÇÃO DE NOVOS CONCURSOS E EXIGE QUE TODOS SEJAM CONVOCADOS

A conquista das leis que dispõem sobre o Estatuto do Magistério e do Quadro dos Profissionais de Educação obriga a Prefeitura a realizar concurso público sempre que comprovada a existência de 5% de cargos vagos, ratifica a sua importância e o acerto da luta realizada historicamente pelo SINPEEM.

Por força desta conquista para a categoria, a rede municipal de ensino de São Paulo é a que possui maior índice de profissionais concursados efetivos – docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio.

Mesmo estando previsto na lei, o SINPEEM, sempre acompanha e exige que sejam realizados novos concursos, convocações e escolha de vagas.

1.1 - DOCENTES E GESTORES APROVADOS EM CONCURSOS VÃO ESCOLHER VAGAS NOS DIAS 25 E 26 DE FEVEREIRO

No Diário Oficial de 03 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação publicou a convocação de 35 professores de ensino fundamental II e médio (26 de Educação Física e nove de História), 355 professores de educação infantil e ensino fundamental I e 15 coordenadores pedagógicos. No dia 06, em uma nova publicação do DOC foram convocados 41 professores de educação infantil (CEIs).

A convocação de profissionais de educação concursados e a realização de novos concursos fazem parte das políticas permanentes do SINPEEM, deliberadas em todas as instâncias da categoria.

Como sempre ocorre, a escolha de vagas será no auditório da Conae 2, na avenida Angélica, 2.606, Consolação, de acordo com o seguinte cronograma:

DIA 25/02/2015

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I

horário classificação

8h às 9h 2921 a 2962

9h às 10h 2963 a 3004

10h às 11h 3005 a 3046

11h às 12h 3047 a 3088

13h às 14h 3089 a 3130

14h às 15h 3131 a 3172

15h às 15h30 3173 a 3206

15h30 às 16h 903 a 940 - Lei nº 15.939/13

16h às 17h 941 a 971 - Lei nº 15.939/13

17h às 17h30 retardatários do dia

26/02/2015

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO - EDUCAÇÃO FÍSICA

horário classificação

9h às 10h 405 a 430

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO - HISTÓRIA

horário classificação

10h às 10h30 504 a 512

10h30 às 10h35 retardatários do dia

COORDENADOR PEDAGÓGICO

horário classificação

9h às 10h 640 a 654

10h às 10h15 retardatários do dia

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs)

horário classificação

13h às 14h 5526 a 5566

14h às 14h30 retardatários do dia

Observação: o não comparecimento dos candidatos convocados às sessões de escolha acarretará a imediata disponibilização das vagas para chamadas subsequentes de outros candidatos aprovados.

2 - SECRETÁRIO CHALITA DIZ QUE ESTÁ ABERTO AO DIÁLOGO

Em recente reunião com o SINPEEM, o novo secretário municipal de Educação, Gabriel Chalita, que substituiu Cesar Callegari no comando da Pasta, reconheceu que existem problemas a serem resolvidos na rede.

Na ocasião, foram debatidos o funcionamento da educação municipal, o programa “Mais Educação”, valorização profissional, cumprimento de acordos contidos em protocolos de negociação, condições de trabalho, saúde do profissional de educação, segurança nas escolas, evolução funcional, PDE e o financiamento da educação.

O presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, ressaltou a urgência de tratar de alguns assuntos e cobrou o cumprimento do Protocolo de Negociação assinado em 2014, após a greve da categoria, que durou 42 dias. Um dos itens foi o compromisso assumido pelo governo de retomar o calendário mensal de reuniões da Mesa Setorial de Educação, que visa ao debate das reivindicações relativas às condições de trabalho, direitos funcionais, organização do ensino, funcionamento das escolas, saúde do profissional de educação e segurança nas escolas.

Chalita garantiu que está à disposição para dialogar com os sindicatos e com a categoria.

2.1 - SINPEEM MANTÉM LUTA E APRESENTARÁ PAUTA DE REIVINDICAÇÕES AO GOVERNO

Durante a reunião, o SINPEEM também destacou que, por determinação legal, o mês de maio é a data-base dos profissionais de educação da rede municipal de ensino. Mês em que devem acordadas as cláusulas referentes às condições de trabalho, valorização profissional e fixação dos novos valores de pisos remuneratórios, conforme determina o artigo 100 da Lei nº 14.660/2007.

O presidente fez questão de afirmar que, em 2015, o SINPEEM, sindicato autônomo e independente, apresentará a sua pauta ao governo, inclusive constando os novos valores de pisos salariais reivindicados para este ano, pois não há como falar de campanha sem tratar de reajuste e das demais reivindicações da categoria (**veja campanha salarial**).

O SINPEEM também deixou claro que não se furtará em buscar soluções por meio do diálogo e que não renunciará ao seu papel e obrigação de defender e lutar pelos direitos e reivindicações dos profissionais de educação e por uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis, conforme deliberação aprovada em todas as suas instâncias.

3 - LEIS DE HADDAD TRANSFORMAM SALÁRIOS DE SERVIDORES EM SUBSÍDIO

Em dezembro do ano passado, o prefeito Haddad conseguiu a aprovação de dois projetos de lei na Câmara Municipal que permitem a transformação dos salários do Quadro de Analistas na Administração e do Quadro do Pessoal da Saúde em subsídios. Isto significa que os salários destes servidores passam a ter valor único, ou seja, eles deixam de ter direito aos quinquênios, sexta parte, ganhos judiciais, entre outros benefícios. As leis foram sancionadas em janeiro deste ano. A justificativa do governo é de que de nada adiantava os servidores terem direito a vantagens incorporáveis ou permanentes e até mesmo ganhos judiciais, calculados sobre valores padrões desvalorizados e defasados.

Vale destacar que nas duas leis aprovadas não contém um só artigo que preserve os valores dos subsídios contidos nas tabelas, contra os efeitos da inflação nem a possibilidade de aumento real em qualquer tempo. Sem garantia de reajuste periódico com percentual não inferior à inflação, o servidor que optar pelo novo regime, por ser aparente e momentaneamente melhor, abre mão de direitos e vantagens adquiridas com o tempo ou decorrente de ganhos judiciais e verá o valor do subsídio pelo qual optou se perder em curto espaço de tempo. Experiência amarga já sentida por servidores de algumas carreiras da União e de outros Estados.

3.1 - SINPEEM LUTARÁ CONTRA MEDIDAS QUE PREJUDIQUEM OS SERVIDORES

Desde o mês de setembro 2013, quando o governo apresentou esta proposta, na Mesa Central de Negociação, para o Quadro do Pessoal de Nível Superior da Prefeitura (engenheiros, arquitetos, agrônomos, bibliotecários, entre outros), o SINPEEM se posicionou contra a substituição da remuneração dos servidores por subsídio, considerando que esta medida resulta num verdadeiro ataque aos direitos dos servidores.

No ano passado, durante a greve que realizamos, lutamos contra o regime de subsídio e o governo afirmou que não será aplicado aos profissionais de educação. Mesmo assim, temos de ficar atentos, pois não aceitaremos quaisquer propostas que visem à retirada de direitos dos profissionais de educação.

1 - PLANEJAMENTO DE AÇÕES DEVE UNIFICAR A CATEGORIA E O FUNCIONALISMO MUNICIPAL

Para vencermos os desafios postos para a nossa organização, precisamos de ações planejadas que unam a categoria e para sermos polo aglutinador de todas as organizações na defesa e luta por serviço público de qualidade e valorização dos profissionais de educação e dos demais servidores.

Isto não tem sido fácil e tudo indica que as dificuldades ainda perdurarão. Há disputas no mundo sindical e a maioria das organizações de servidores municipais é imobilista. Algumas, declaradamente a favor do governo.

O SINPEEM tem de estabelecer como meta, para 2015, o alcance de maior unidade com as entidades dos servidores, para desenvolver a campanha salarial. Neste sentido, deve participar das instâncias e fóruns de servidores públicos municipais e propor às entidades os seguintes itens para compor a pauta e campanha salarial unificada de 2015:

1.1 - PROPOSTA DE PAUTA UNIFICADA:

- a) alteração da lei que dispõe sobre a política salarial dos servidores municipais;
- b) contra a transformação dos vencimentos em subsídios;
- c) reajuste anual não inferior à inflação;
- d) reposição de perdas salariais relativas ao período de 2005 a 2014;
- e) fixação dos valores de pisos remuneratórios para todos os quadros profissionais;
- f) fim da política de terceirização;
- g) política de proteção e assistência à saúde dos servidores;
- h) não ao retorno da contribuição para o HSPM.

1.2 - ENCAMINHAMENTOS:

✓ propor às entidades de servidores que compõem o Fórum Sindical:

- a) pauta unificada;
- b) campanha salarial com ações unificadas;
- c) estabelecimento de prazo, em comum acordo com as entidades, para discussão da pauta e deliberação de campanha unificada na base de todas as organizações sindicais de servidores;
- d) realização de ato unificado para a entrega da pauta unificada para o governo, tendo em vista a data-base, em maio;
- e) organização de calendário unificado de manifestações até a realização da assembleia unificada para decisão quanto à paralisação e/ou greve dos servidores contra as terceirizações, política de subsídios, realização de concursos públicos e por valorização dos servidores municipais.

2 - CAMPANHA SALARIAL DATA-BASE DE 2015

Em 2007, o SINPEEM lutou e conseguiu incluir na Lei nº 14.660 o artigo 100 dispondo sobre as negociações na data-base e que também obriga a Prefeitura a valorizar anualmente os pisos remuneratórios dos profissionais de educação.

Mesmo com esta garantia em lei, anualmente temos apresentado as nossas reivindicações e realizado pressões, inclusive por meio de greves para que os governos a cumpra.

Nos últimos anos, graças a estas lutas conseguimos elevar os valores dos pisos por meio de abonos, com garantida de incorporações que resultaram em elevação dos padrões de vencimentos de todas as tabelas dos Quadros do Magistério e de Apoio. Os profissionais de educação, ativos e aposentados, tiveram assim a valorização de seus pisos, com incidência dos percentuais em todas as referências.

Em 2014, realizamos a campanha salarial e greve por elevação dos pisos, incorporação de abonos complementares e condições de trabalho.

Além da aplicação do índice de 13,43%, conquistado anteriormente, conseguimos a elevação dos pisos em mais 15,38%, por meio de abonos complementares a serem incorporados em todos os padrões nos seguintes percentuais e datas:

- 5,54% a partir de maio de 2015;
- 3,74% a partir de maio de 2016
- 5,56% a partir de novembro de 2016.

Finalizada a aplicação destes percentuais em novembro de 2016, encerra-se a incorporação de 15,38% e se materializa o valor do piso fixado para maio de 2014.

Assim como ocorreu em 2014, agora em 2015, o governo tem de, obrigatoriamente valorizar os pisos dos profissionais de educação.

2.1 - SINPEEM REIVINDICA ANTECIPAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS 15,38% MAIS REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO PARA MAIO DE 2015

O índice de 15,38% foi obtido com a greve de 42 dias, para a fixação dos valores de pisos que passaram a vigor a partir de maio de 2014. O parcelamento trata da incorporação do abono complementar de piso estabelecido para 2014 e isto não isenta o governo de corrigi-los em 2015.

O SINPEEM tem como política a valorização dos pisos e de todas as referências dos ativos e aposentados. Luta pela incorporação dos bônus e abonos complementares. Para esta campanha, além da aplicação legal dos 5,54%, já aprovados para maio, defende também a antecipação dos reajustes previstos e aprovados em lei para maio e novembro de 2016. Ou seja, queremos a aplicação integral em todos os padrões, de todas as tabelas, dos reajustes que consolidam os valores dos pisos conquistados para valerem em 2014. Além desta reivindicação, queremos a fixação dos novos valores de pisos para 2015, não na forma de abono complementar, mas reajutando todos os padrões de vencimentos.

2.2 - ANTECIPAÇÃO DOS 15,38% + INFLAÇÃO ANUAL = 25% PARA TODOS EM MAIO

Esta é a reivindicação do SINPEEM para a valorização de todos os padrões de vencimentos a partir de maio de 2015. Neste percentual, estão incluídos os 15,38% que queremos como forma de antecipação dos índices já aplicados, mais a inflação anual e a diferença para completar este percentual, a título de aumento real.

Temos uma inflação crescente e a Prefeitura, mesmo diante de um quadro de crise, elevou impostos, medida que implicará em aumento de suas receitas. É possível e necessário valorizar a remuneração dos profissionais de educação.

ANOTAÇÕES

REIVINDICAÇÕES DO SINPEEM:

1 valorização em 25% dos pisos remuneratórios do Quadro de Apoio, docentes e gestores ativos e aposentados;

2 aplicação do percentual referente à valorização dos pisos em todas as referências das tabelas do QPE, para ativos e aposentados.

Veja as tabelas com os padrões de vencimentos atuais e os reivindicados pelo SINPEEM a partir de 01 de maio de 2015

TABELAS ATUAIS

*REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	977,21	1.040,73	1.108,37	1.180,40	1.257,14
QPE-02	1.040,73	1.108,37	1.180,40	1.257,14	1.338,87
QPE-03	1.108,37	1.180,40	1.257,14	1.338,87	1.425,87
QPE-04	1.180,40	1.257,14	1.338,87	1.425,87	1.518,54
QPE-05	1.257,14	1.338,87	1.425,87	1.518,54	1.617,28
QPE-06	1.338,87	1.425,87	1.518,54	1.617,28	1.722,39
* QPE-07	1.425,87	1.518,54	1.617,28	1.722,39	1.834,37
* QPE-08	1.518,54	1.617,28	1.722,39	1.834,37	1.953,56
* QPE-09	1.617,28	1.722,39	1.834,37	1.953,56	2.080,57
* QPE-10	1.722,39	1.834,37	1.953,56	2.080,57	2.215,81
* QPE-11	1.834,37	1.953,56	2.080,57	2.215,81	2.359,84
* QPE-12	1.953,56	2.080,57	2.215,81	2.359,84	2.513,23
* QPE-13	2.080,57	2.215,81	2.359,84	2.513,23	2.676,59
* QPE-14	2.215,81	2.359,84	2.513,23	2.676,59	2.850,54
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	1.087,33	1.156,01	1.233,28	1.313,54	1.398,89
QPE-12	1.156,01	1.233,28	1.313,54	1.398,89	1.489,78
QPE-13	1.233,28	1.313,54	1.398,89	1.489,78	1.586,53
QPE-14	1.313,54	1.398,89	1.489,78	1.586,53	1.689,71
QPE-15	1.398,89	1.489,78	1.586,53	1.689,71	1.799,56
QPE-16	1.489,78	1.586,53	1.689,71	1.799,56	1.916,64
QPE-17	1.586,53	1.689,71	1.799,56	1.916,64	2.041,07
QPE-18	1.689,71	1.799,56	1.916,64	2.041,07	2.173,85
QPE-19	1.799,56	1.916,64	2.041,07	2.173,85	2.315,21
QPE-20	1.916,64	2.041,07	2.173,85	2.315,21	2.465,70
QPE-21	2.041,07	2.173,85	2.315,21	2.465,70	2.625,84
QPE-22	2.173,85	2.315,21	2.465,70	2.625,84	2.796,51
QPE-23	2.315,21	2.465,70	2.625,84	2.796,51	2.978,29
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.631,04	1.737,14	1.850,01	1.970,28	2.098,35
QPE-12	1.737,14	1.850,01	1.970,28	2.098,35	2.234,71
QPE-13	1.850,01	1.970,28	2.098,35	2.234,71	2.379,95
QPE-14	1.970,28	2.098,35	2.234,71	2.379,95	2.534,67
QPE-15	2.098,35	2.234,71	2.379,95	2.534,67	2.699,36
QPE-16	2.234,71	2.379,95	2.534,67	2.699,36	2.874,84
QPE-17	2.379,95	2.534,67	2.699,36	2.874,84	3.061,82
QPE-18	2.534,67	2.699,36	2.874,84	3.061,82	3.260,86
QPE-19	2.699,36	2.874,84	3.061,82	3.260,86	3.472,75
QPE-20	2.874,84	3.061,82	3.260,86	3.472,75	3.698,35
QPE-21	3.061,82	3.260,86	3.472,75	3.698,35	3.938,89
QPE-22	3.260,86	3.472,75	3.698,35	3.938,89	4.194,91
QPE-23	3.472,75	3.698,35	3.938,89	4.194,91	4.467,59
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
** QPE-11	2.174,66	2.316,01	2.466,57	2.627,06	2.797,73
** QPE-12	2.316,01	2.466,57	2.627,06	2.797,73	2.979,50
** QPE-13	2.466,57	2.627,06	2.797,73	2.979,50	3.173,06
** QPE-14	2.627,06	2.797,73	2.979,50	3.173,06	3.379,41
** QPE-15	2.797,73	2.979,50	3.173,06	3.379,41	3.599,08
** QPE-16	2.979,50	3.173,06	3.379,41	3.599,08	3.833,28
** QPE-17	3.173,06	3.379,41	3.599,08	3.833,28	4.082,14
** QPE-18	3.379,41	3.599,08	3.833,28	4.082,14	4.347,67
** QPE-19	3.599,08	3.833,28	4.082,14	4.347,67	4.630,41
** QPE-20	3.833,28	4.082,14	4.347,67	4.630,41	4.931,45
** QPE-21	4.082,14	4.347,67	4.630,41	4.931,45	5.251,66
** QPE-22	4.347,67	4.630,41	4.931,45	5.251,66	5.593,02
** QPE-23	4.630,41	4.931,45	5.251,66	5.593,02	5.956,56
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	2.899,66	3.088,18	3.289,00	3.502,67	3.730,43
QPE-12	3.088,18	3.289,00	3.502,67	3.730,43	3.972,78
QPE-13	3.289,00	3.502,67	3.730,43	3.972,78	4.231,03
QPE-14	3.502,67	3.730,43	3.972,78	4.231,03	4.505,98
QPE-15	3.730,43	3.972,78	4.231,03	4.505,98	4.798,97
QPE-16	3.972,78	4.231,03	4.505,98	4.798,97	5.110,97
QPE-17	4.231,03	4.505,98	4.798,97	5.110,97	5.443,15
QPE-18	4.505,98	4.798,97	5.110,97	5.443,15	5.796,93
QPE-19	4.798,97	5.110,97	5.443,15	5.796,93	6.173,71
QPE-20	5.110,97	5.443,15	5.796,93	6.173,71	6.575,07
QPE-21	5.443,15	5.796,93	6.173,71	6.575,07	7.002,36
QPE-22	5.796,93	6.173,71	6.575,07	7.002,36	7.457,61
QPE-23	6.173,71	6.575,07	7.002,36	7.457,61	7.942,36
QPE-24	6.575,07	7.002,36	7.457,61	7.942,36	8.458,61

TABELAS REIVINDICADAS PELO SINPEEM

*REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	1.221,51	1.330,91	1.385,47	1.475,52	1.571,43
QPE-02	1.330,91	1.385,47	1.475,52	1.571,43	1.673,57
QPE-03	1.385,47	1.475,52	1.571,43	1.673,57	1.782,35
QPE-04	1.475,52	1.571,43	1.673,57	1.782,35	1.898,21
QPE-05	1.571,43	1.673,57	1.782,35	1.898,21	2.021,59
QPE-06	1.673,57	1.782,35	1.898,21	2.021,59	2.152,99
* QPE-07	1.782,35	1.898,21	2.021,59	2.152,99	2.292,94
* QPE-08	1.898,21	2.021,59	2.152,99	2.292,94	2.441,98
* QPE-09	2.021,59	2.152,99	2.292,94	2.441,98	2.600,70
* QPE-10	2.152,99	2.292,94	2.441,98	2.600,70	2.769,75
* QPE-11	2.292,94	2.441,98	2.600,70	2.769,75	2.949,78
* QPE-12	2.441,98	2.600,70	2.769,75	2.949,78	3.141,52
* QPE-13	2.600,70	2.769,75	2.949,78	3.141,52	3.345,72
* QPE-14	2.769,75	2.949,78	3.141,52	3.345,72	3.563,19
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	1.359,16	1.447,50	1.541,59	1.641,79	1.748,51
QPE-12	1.447,50	1.541,59	1.641,79	1.748,51	1.862,16
QPE-13	1.541,59	1.641,79	1.748,51	1.862,16	1.983,20
QPE-14	1.641,79	1.748,51	1.862,16	1.983,20	2.112,11
QPE-15	1.748,51	1.862,16	1.983,20	2.112,11	2.249,39
QPE-16	1.862,16	1.983,20	2.112,11	2.249,39	2.395,61
QPE-17	1.983,20	2.112,11	2.249,39	2.395,61	2.551,32
QPE-18	2.112,11	2.249,39	2.395,61	2.551,32	2.717,16
QPE-19	2.249,39	2.395,61	2.551,32	2.717,16	2.893,77
QPE-20	2.395,61	2.551,32	2.717,16	2.893,77	3.081,87
QPE-21	2.551,32	2.717,16	2.893,77	3.081,87	3.282,19
QPE-22	2.717,16	2.893,77	3.081,87	3.282,19	3.495,53
QPE-23	2.893,77	3.081,87	3.282,19	3.495,53	3.722,74
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	2.038,80	2.171,32	2.312,45	2.462,76	2.622,84
QPE-12	2.171,32	2.312,45	2.462,76	2.622,84	2.793,33
QPE-13	2.312,45	2.462,76	2.622,84	2.793,33	2.974,89
QPE-14	2.462,76	2.622,84	2.793,33	2.974,89	3.168,26
QPE-15	2.622,84	2.793,33	2.974,89	3.168,26	3.374,20
QPE-16	2.793,33	2.974,89	3.168,26	3.374,20	3.593,53
QPE-17	2.974,89	3.168,26	3.374,20	3.593,53	3.827,10
QPE-18	3.168,26	3.374,20	3.593,53	3.827,10	4.075,86
QPE-19	3.374,20	3.593,53	3.827,10	4.075,86	4.340,80
QPE-20	3.593,53	3.827,10	4.075,86	4.340,80	4.622,95
QPE-21	3.827,10	4.075,86	4.340,80	4.622,95	4.923,44
QPE-22	4.075,86	4.340,80	4.622,95	4.923,44	5.243,47
QPE-23	4.340,80	4.622,95	4.923,44	5.243,47	5.584,29
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
** QPE-11	2.718,32	2.895,01	3.083,18	3.283,59	3.497,02
** QPE-12	2.895,01	3.083,18	3.283,59	3.497,02	3.724,33
** QPE-13	3.083,18	3.283,59	3.497,02	3.724,33	3.966,41
** QPE-14	3.283,59	3.497,02	3.724,33	3.966,41	4.224,23
** QPE-15	3.497,02	3.724,33	3.966,41	4.224,23	4.498,80
** QPE-16	3.724,33	3.966,41	4.224,23	4.498,80	4.791,23
** QPE-17	3.966,41	4.224,23	4.498,80	4.791,23	5.102,66
** QPE-18	4.224,23	4.498,80	4.791,23	5.102,66	5.434,33
** QPE-19	4.498,80	4.791,23	5.102,66	5.434,33	5.857,56
** QPE-20	4.791,23	5.102,66	5.434,33	5.857,56	6.363,75
** QPE-21	5.102,66	5.434,33	5.857,56	6.363,75	6.964,40
** QPE-22	5.434,33	5.857,56	6.363,75	6.964,40	7.664,08
** QPE-23	5.857,56	6.363,75	6.964,40	7.664,08	8.474,50
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	3.624,57	3.860,17	4.111,08	4.378,30	4.662,89
QPE-12	3.860,17	4.111,08	4.378,30	4.662,89	4.965,98
QPE-13	4.111,08	4.378,30	4.662,89	4.965,98	5.288,77
QPE-14	4.378,30	4.662,89	4.965,98	5.288,77	5.632,54
QPE-15	4.662,89	4.965,98	5.288,77	5.632,54	5.998,65
QPE-16	4.965,98	5.288,77	5.632,54	5.998,65	6.388,56
QPE-17	5.288,77	5.632,54	5.998,65	6.388,56	6.803,82
QPE-18	5.632,54	5.998,65	6.388,56	6.803,82	7.246,07
QPE-19	5.998,65	6.388,56	6.803,82	7.246,07	7.717,06
QPE-20	6.388,56	6.803,82	7.246,07	7.717,06	8.218,67
QPE-21	6.803,82	7.246,07	7.717,06	8.218,67	8.752,89
QPE-22	7.246,07	7.717,06	8.218,67	8.752,89	9.321,83
QPE-23	7.717,06	8.218,67	8.752,89	9.321,83	9.927,74
QPE-24	8.218,67	8.752,89	9.321,83	9.927,74	10.573,05

2.3 - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO SINPEEM E ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA UNIFICADA 2015

O êxito da campanha salarial unificada com o funcionalismo depende, sobretudo, da participação dos profissionais de educação e de sua organização pelo SINPEEM. Identificar as demandas da nossa categoria, aprovar a pauta e ações que a unifiquem para lutar é a principal tarefa.

Devemos organizar a nossa pauta específica com os seguintes itens, elegendo também aqueles que são centrais.

2.4 - DEFESA DOS DIREITOS E REIVINDICAÇÕES:

- 1 fixação, em maio, dos valores dos pisos remuneratórios dos Quadros do Magistério e de Apoio, com acréscimo de 25% sobre os valores que conquistamos em maio de 2014;
- 2 elevar em 25% os atuais valores dos pisos, aos padrões iniciais, com repercussão em todas as referências de todas as tabelas, para ativos e aposentados.

Valores reivindicados:

a) docentes:

- JB = R\$ 1.641,79 (categoria 3)
- JBD = R\$ 2.462,76 (categoria 3)
- Jeif e J-30 = 3.283,59 (categoria 3)

b) gestores educacionais:

- coordenador pedagógico = R\$ 4.662,89
- diretor de escola = R\$ 5.288,77
- supervisor escolar = R\$ 5.998,65

c) Quadro de Apoio:

- agente escolar = R\$ 1.221,51
 - auxiliar técnico de educação = R\$ 1.385,47
- 3 aumento real de salário e reposição das perdas salariais;
 - 4 aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes do município na remuneração dos servidores;
 - 5 revisão salarial periódica e obrigatória na data-base da remuneração dos servidores públicos, com percentual nunca inferior à inflação;

- 6 não à política de bônus;
- 7 incorporação de todas as gratificações;
- 8 equiparação salarial já;
- 9 isonomia entre ativos e aposentados, readaptados, comissionados estáveis e não estáveis;
- 10 direito à paridade;
- 11 defesa dos direitos funcionais dos profissionais de educação;
- 12 exercício da jornada docente de opção, independentemente de regência de classe/aula;
- 13 redução da jornada de trabalho para o Quadro de Apoio sem redução de salário;
- 14 garantia de política pública de formação para todos os profissionais de educação;
- 15 melhoria da estrutura das escolas e das condições para o trabalho;
- 16 atendimento à demanda de educação infantil nos CEIs e Emeis da rede física escolar direta;
- 17 direitos para o Quadro de Apoio, mantendo suas funções atuais de apoio ao aluno e realização de concurso para prover os cargos da carreira;
- 18 ampliação da democracia com o fortalecimento dos Conselhos de Escola;
- 19 critérios e interstícios de tempos iguais para enquadramentos por evolução funcional do magistério e Quadro de Apoio;
- 20 reorganização das carreiras que integram o Quadro de Apoio à Educação;
- 21 regulamentação e pagamento da Gratificação por Local de Trabalho;
- 22 incorporação por exercício de jornadas especiais e cargos de livre provimento por designação;
- 23 mudança da Lei Orgânica do Município (LOM) para que se vincule, novamente, no mínimo, 30% das receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- 24 expansão da rede física direta, visando ao fim dos contratos de convênios;
- 25 contra as terceirizações, porém, defendemos a realização de concursos para estes trabalhadores terem direito à investidura em cargo público;

- 26** não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação;
- 27** contra o retorno de contribuição mensal para o HSPM e melhoria nas condições de atendimento;
- 28** contra programas e propostas que firam a autonomia pedagógica de cada escola, dadas as especificidades das diversas comunidades escolares;
- 29** criação da rede de proteção social para atender às demandas da população escolar, com assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, oftalmologistas, financiados com recursos vinculados à saúde;
- 30** redução da quantidade de alunos por sala/turma/agrupamento;
- 31** programa voltado ao direito de moradia para os profissionais de educação;
- 32** ajuste nos critérios e interstícios da tabela que combina tempo e títulos, para fins de evolução funcional, permitindo que o fator título seja, de fato, um acelerador para que os integrantes dos Quadros do Magistério e de Apoio possam chegar à última referência em menos tempo;
- 33** inclusão na Jeif, independentemente de regência de classe/aula;
- 34** garantia da mesma composição na Jeif para os professores dos CEIs;
- 35** gratificação de 50% por serviço noturno, prestado a partir das 19 horas, além das jornadas a que estão submetidos os profissionais de educação, com valor 100% superior;
- 36** direito de enquadramentos para os comissionados estáveis e não estáveis;
- 37** direito de incorporação para fins de aposentadoria pelo exercício de cargos e jornadas especiais de trabalho;
- 38** formação pedagógica e capacitação técnica continuada;
- 39** direito de opção para que todos servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação;
- 40** imediata ampliação do módulo de funcionários do Quadro de Apoio;
- 41** ampliação dos atuais módulos dos professores;
- 42** ampliação dos atuais módulos dos supervisores escolares;
- 43** fim da avaliação de desempenho;
- 44** direito de os profissionais de educação participarem das reuniões de pais de seus filhos com dispensa das horas;
- 45** um terço da jornada para formação na JB, JBD e J-30 e um quarto para gestores e Quadro de Apoio.

2.5 - ENCAMINHAMENTOS:

- 1** organizar a campanha contra a terceirização, por direitos, salários e demais reivindicações a partir da primeira reunião de representantes sindicais, em 13 de fevereiro de 2015;
- 2** realizar assembleia geral ordinária em 21 de março, para aprovar a pauta, os encaminhamentos e o calendário, tendo em vista a data-base em maio;
- 3** debater a pauta de reivindicações da categoria em todas as unidades;
- 4** lutar contra a exigência do registro dos professores de Educação Física da rede no Cref. A exigência de filiação ao Cref deve se circunscrever tão somente à atuação do bacharel em Educação Física, não estendendo qualquer jurisdição aos profissionais da educação básica;
- 5** realizar campanha permanente por valorização do Quadro de Apoio à Educação;
- 6** exigir política contínua de formação para os profissionais dos Quadros do Magistério e de Apoio, com dispensa de ponto;
- 7** exigir direitos iguais para os profissionais de educação dos CEIs, Cemei, Emeis, Emefs, Emefms, Ciejas e Emebss, ativos e aposentados;
- 8** exigir medidas de segurança no entorno das escolas;
- 9** exigir a democratização das relações internas nas escolas, com Conselho de caráter deliberativo, na elaboração, aprovação e execução do projeto político-pedagógico, organização e funcionamento das unidades educacionais;
- 10** enquadramento automático de todos os professores e gestores com 23 anos ou mais nas referências finais acrescidas às tabelas;

- 11 reduzir os interstícios de tempo para o enquadramento por evolução funcional dos cargos de ATE e de agente escolar;
- 12 transformação do cargo de agente escolar e inclusão do agente de apoio ao QPE;
- 13 exigir o fim do Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), nos termos em que foi implantado pela SME, por ferir a autonomia e precarizar as relações de trabalho e o projeto político-pedagógico da escola;
- 14 redução da jornada sem redução de salários para o Quadro de Apoio e gestores;
- 15 iniciar o ano letivo de 2015 denunciando publicamente as péssimas condições de trabalho, falta de material, superlotação das salas; violência no entorno das escolas e agressões aos profissionais de educação, praticadas também pelo poder público;
- 16 realizar ampla discussão da pauta de reivindicações da categoria e condições de trabalho e das escolas entre os dias 26 de fevereiro e 25 de março de 2015;
- 17 entregar a pauta de reivindicações até o final de março de 2015, em data a ser discutida com o conjunto das entidades do funcionalismo;
- 18 realizar manifestação pública em abril de 2015, para obter resposta do governo sobre as reivindicações da categoria;
- 19 realizar o Concerto para a Educação, evento cultural para denunciar a falta de vagas na educação infantil, superlotação das salas de aulas, falta de material, péssimas instalações, violência e insegurança, no Dia Mundial da Educação, em abril de 2015;
- 20 fixar a data de 30 de abril de 2015 para a conclusão das negociações e realização de assembleia geral, tomada de decisões quanto ao calendário e às formas de lutas a serem implementadas, caso o governo não responda positivamente;
- 21 retorno da dispensa de ponto para os representantes sindicais do Quadro de Apoio.

3 - CALENDÁRIO 2015

As atividades para o ano de 2015 devem considerar, como sempre, nossa política, tática e estratégia.

A campanha salarial, que por todo o conjunto de decisões já tomadas pelo governo, anúncio de dificuldades financeiras da Prefeitura e estilo avesso às negociações e cumprimento de acordos com as entidades sindicais, deve ser bastante difícil.

Para as reuniões de representantes e de conselheiros, bem como para os cursos de formação sindical e congresso, conseguimos a dispensa de ponto. Outros cursos que ofereceremos aos sábados e também durante a semana não têm dispensa e estão propostos para dias de sábado e semana.

São muitas as atividades e programas que devemos desenvolver. Por isso, o calendário para 2015 foi definido na seguinte conformidade:

FEVEREIRO

13 - 1ª reunião de representantes sindicais

23 - 1ª reunião do Conselho Geral

MARÇO

21 - Assembleia geral

25 - curso de formação sindical para a educação infantil

ABRIL

02 - 2ª reunião de representantes

08 - 2ª reunião do Conselho Geral

MAIO

20 - curso de formação sindical para ensino fundamental I, II e médio

JUNHO

15 - 3ª reunião de representantes

18 - 3ª reunião do Conselho Geral

JULHO

- 09 - início do recesso
- 20 - término do recesso

AGOSTO

- 10 - 4ª reunião de representantes
- 13 - 4ª reunião do Conselho Geral
- 24 - curso de formação sindical para a educação infantil

SETEMBRO

- 30 - curso de formação sindical para ensino fundamental I, II e médio

OUTUBRO

- 02 - 5ª reunião de representantes
- 09 - 5ª reunião do Conselho Geral
- 20 a 23 - Congresso de Educação do SINPEEM

DEZEMBRO

- 02 - 6ª reunião de representantes
- 10 - 6ª reunião do Conselho Geral

ANOTAÇÕES
